



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA
PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO
CONTRATO Nº01/2022

000218

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO ATRAVÉS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021- PMC, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA E A NOVA GERAÇÃO COMBUSTIVEIS I LTDA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.639.262/0001-17, com sede na Rua Coelho e Campos, nº 1201, Centro, nesta Cidade, Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Prefeita, a Sra, **SILVANY YANINA MAMLAK CAVALCANTE**, e a Empresa **NOVA GERAÇÃO COMBUSTIVEIS I LTDA**, localizada à Rodovia Carlos Alberto Vasconcelos, 672 – bairro sobradinho – Capela/SE- CEP: 49700-000 inscrita no CNPJ sob o nº. 18.143.417/0001-79, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu **PROCURADOR**, o Sr. **ANDERSON DE MELO LIMA**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Fornecimento Parcelado, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada visando o fornecimento parcelado de combustíveis para esta Prefeitura, conforme especificações técnicas constantes do Anexo I Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2021 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

O fornecimento será executado diretamente pela CONTRATADA, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, visando à perfeita consecução do objeto e na forma da Cláusula Quinta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

O combustível será fornecido pelo preço constante na proposta da Contratada, conforme tabela em anexo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	GASOLINA COMUM	LTS	112.500,0 0	R\$ 6,41	R\$ 721.125,00
02	ETANOL	LTS	15.000,00	R\$ 5,13	R\$ 76.950,00
03	OLEO DIESEL S.10	LTS	247.500,0 0	R\$ 5,13	R\$ 1.269.675,00
04	OLEO DIESEL S.500	LTS	75.000,00	R\$ 5,43	R\$ 407.250,00
05	GASOLINA COMUM	LTS	37.500,00	R\$ 6,41	R\$ 240.375,00
06	ETANOL	LTS	5.000,00	R\$ 5,12	R\$ 25.600,00
07	OLEO DIESEL S.10	LTS	62.500,00	R\$ 5,13	R\$ 423.225,00
08	OLEO DIESEL S.500	LTS	25.000,00	R\$ 5,43	R\$ 135.750
TOTAL:					R\$ 3.299.950,00

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA
PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO

000219

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Não haverá reajuste de preços durante o período contratado; todavia, se durante o período contratual ocorrer acréscimo ou redução dos valores dos mesmos, determinados pelo Governo Federal e em conformidade com a legislação pertinente, os preços do Contrato serão readequados, a fim de manter o seu equilíbrio econômico-financeiro, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRADADA, da razão que autorizou o referido aumento/redução e utilizando-se os mesmos índices/percentuais utilizados/autorizados pelo Governo Federal;

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão inclusas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

§8º - Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurado à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos fornecimentos efetivamente prestados e atestados.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 (trinta e um) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O fornecimento do combustível, objeto desta licitação, será executado de acordo com as necessidades desta Prefeitura, mediante emissão de autorização para o abastecimento do (s) veículo (s) do mesmo, diretamente no (s) posto (s) de abastecimento indicado (s) na proposta.

§1º - O (s) posto (s) relacionado (s) para abastecimento deverá (ão) atender, de segunda à sexta-feira, no horário das 05:00 h (cinco horas da manhã) às 24:00h (meia noite);

§2º - O (s) posto (s) de abastecimento deverá (ão) estar localizado (s) a uma distância máxima de até 10 Km (dez quilômetros) da (garagem) desta Prefeitura, percorridos em estrada com pavimentação asfáltica ou, no mínimo, calçada em paralelepípedo.

§3º - O fornecimento, objeto do Contrato, deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, por meramente estimativos, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

As despesas oriundas do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2022 desta Prefeitura, com dotação suficiente, obedecendo à classificação abaixo:

UO: 909- Secretaria Municipal da Administração, 912-Secretaria Municipal de Finanças, 914-Secretaria Municipal da Educação, 915-Secretaria Municipal de Educação-Fundeb, 916-Secretaria

30
000220

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA
PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO

Municipal do Desporto e Lazer, 901 -Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 902-Secretaria Municipal de Planejamento, 903-Secretaria Municipal da Agricultura e do Des. Rural Sustentável, 904-Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 906-Procuradoria Geral do Município, 908-Secretaria Municipal de Defesa Social, 918-Secretaria Municipal da Cultura, Comunicação Social e Eventos, Gabinete do Prefeito e 911-Secretaria Municipal de Transporte.

AÇÃO:2002- Manutenção e Desenvolvimento da Secretaria de Administração,2045- Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, 2047 - Man. do Sistema do Transporte Escolar, 2097 - Man. Salário Educação, 2055 - Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb, 2059 - Manutenção e Desenvolvimento da Secretaria de Obras e Serv. Públicos, 2063 - Manutenção e Desenvolvimento da Secretaria de Municipal de Planejamento, 2065 - Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenv. Rural Sustentável, 2066-Manutenção e Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente,2071-Manutenção da Procuradoria Geral do Município, 2077-Manutenção da Secretaria Municipal de Defesa Social, 2006-Manutenção e Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Finanças, 2058- Manutenção e Desenvolvimento da Secretaria Municipal do Desporto e Lazer, 2136 - Manutenção da Secretaria de Cultura e Comunicação Social e Eventos, 2139-Manutenção do Gabinete do Prefeito, 2080 - Manutenção da Secretaria de Transportes.

ED: 3390.30.00

FR: 15000000, 15010000, 15001001, 17040000, 17050000, 17063110, 17080000, 15400001, 15420000, 15700000, 15500000 e 15530000

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

(art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos fornecimentos, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.



CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

- I - Advertência;
- II - Multa de 1% (um por cento) por dia, até o máximo de 30% (trinta por cento), sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;
- III - multa de 20% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;
- IV - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

- I - Nos termos do Pregão Eletrônico nº 15 /2021 que, simultaneamente:
 - Constam do Processo Administrativo que o originou;
 - Não contrariem o interesse público;
- II - Nas demais determinações da Lei 8.666/93;
- III - nos preceitos do Direito Público;
- IV - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

50



000222

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA
PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, fica designado o fiscal, para fiscalizar execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, *a e b* da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO REAJUSTE, DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REPACTUAÇÃO.

4.1 - Garante-se ao Contratado o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93, a ser efetivado por meio de Termo Aditivo;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO (Art. 55, §2º, Lei nº. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Capela, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Capela /SE, 03 de janeiro de 2022.

Silvany Mamlak
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA
SILVANY YANINA MAMLAK CAVALCANTE
PREFEITA MUNICIPAL

Anderson de Melo Lima
NOVA GERAÇÃO COMBUSTÍVEIS LTDA
ANDERSON DE MELO LIMA
CONTRATANTE

CIENTE:

03/01/2022
José Anilton Cardoso
JOSÉ ANILTON CARDOSO
FISCAL

03/01/22
Antônia Regina Correia Lopes
ANTÔNIA REGINA CORREIA LOPES
GESTOR

TESTEMUNHAS:

I - *Cláudia Paes*
II - *Joaquim dos Santos*